

VIRAGEM RETÓRICA, VIRAGEM PRAGMÁTICA E SUPERAÇÃO DA METAFÍSICA

[RHETORICAL TURN, PRAGMATIC TURN AND OVERPASSING OF THE METAPHYSICS]

Narbal de Marsillac *

RESUMO: É bem conhecida a expressão contemporânea *rhetorical turn* de autoria de Richard Rorty. Tal viragem não poderia ser pensada sem a reviravolta pragmática que a precede. Da mesma forma que também não se poderia pensar a valorização da linguagem ordinária e efetivamente usada sem o primeiro giro linguístico. O resultado, em última instância, dessas abordagens, é que se deve privilegiar, segundo Carrilho, a elocução em detrimento da proposição. A proposta é acompanhar estas reflexões e como elas auxiliaram alguns pensadores contemporâneos no esforço de superar a metafísica.

PALAVRAS-CHAVE: Retórica, Pragmática, Metafísica, Viragem Linguística

ABSTRACT: It is widely known the contemporary expression *rhetorical turn* from Richard Rorty. Such turn could not be thought without the pragmatic turn that precedes it. In the same way that we also could not think the valorization of ordinary language and effectively used without the first linguistic turn. The ultimately outcome of such approaches should give priority, as Carrilho argued, to the elocution rather than proposition. The proposal is follow these reflections and how they help some contemporaneous thinkers in the effort of overcome the 'metaphysics.'

KEY-WORDS: Rhetoric, Pragmatic, Metaphysics, Linguistic turn

1) INTRODUÇÃO

Richard Rorty, no ano de 1984, proferiu uma conferência na Universidade de Chicago que se iniciou assim: “Primeiro veio a viragem linguística, depois, a viragem hermenêutica e agora a viragem retórica”¹. É preciso atentar para o fato de que a própria reflexão filosófica também surge a partir de uma viragem que consistiu na passagem lenta de um *logos* mítico para um *logos* propriamente racional que visava, em última instância, a auxésis ou a mais ampla aceitação do que se postulava, independente de crenças pessoais. De lá para cá, todos os giros que ocorreram no seio da filosofia foram resultado do esforço

* Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho, Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba e Membro do Quadro Permanente de Professores do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPB - Mestrado e Doutorado. m@ilto:nmfmarsillac@gmail.com

racional humano em subsumir toda materialidade a uma dada forma. Seja inspirado pelos princípios necessários, seja pelos fatos contingentes, o objetivo sempre foi *reduzir o múltiplo à unidade*¹², enquadrar o complexo no simples, encontrar o verdadeiro por detrás do fugaz³, o que há de necessário para além das contingências, sendo que, ao longo de muito tempo, deu-se pouco ou nenhum espaço para a importância da linguagem nesse processo. Só recentemente, a partir das reflexões sobretudo de Wittgenstein, de Austin e de Searle, que a preocupação com linguagem efetivamente usada, polissêmica e plurimórfica, tornou-se evidente e nos fez revisitatar aquelas pretensões de cunho metafísico.

Diz-se metafísico porque a filosofia e, mais precisamente, a filosofia da linguagem, num primeiro momento, surge paralela à preocupação em dizer corretamente o mundo. Ou seja, atrelada a uma ontologia. Os primeiros representantes da chamada *linguistic turn*, por exemplo, estavam preocupados em encontrar uma forma linguística capaz de designar ou afigurar as coisas que nos rodeiam, ainda influenciados pela *obsessão ontológica* segundo a qual *dizer é dizer o que é*⁴. Nesta perspectiva, o signo que era considerado o mais elementar nas concepções de linguagem clássicas, como de Platão e Aristóteles, cede seu lugar para a proposição que parece melhor expressar uma dada realidade, constituída fundamentalmente de fatos e não de coisas. E é neste sentido que podemos dizer existir ainda uma ontologia vinculada a este primeiro movimento de valorização da linguagem que não pode ser desprezada⁵, já que a linguagem, nesta fase, nos possibilitaria efetivamente pensar e dizer corretamente o mundo, existente por si mesmo, porque haveria, entre eles, linguagem e mundo, um *isomorfismo* de estruturas, uma mesma forma lógica⁶. A preocupação com a linguagem, assim, retrocede ao ponto de tornar-se mais fundamental. Não se pode procurar dizer o mundo sem preocupar-se antes com o próprio dizer que diz o mundo. Assim, quando pensamos em viragem linguística, portanto, devemos pensar antes no que tradicionalmente ficou conhecida como filosofia primeira ou *prima philosophia*. Este conceito trataria dos primeiros princípios, das verdades mais fundamentais e originárias e, portanto, sempre esteve, de um jeito ou de outro, atrelado à metafísica.

A filosofia primeira não é mais a pesquisa a respeito da natureza ou das essências das coisas ou dos entes, nem tampouco a reflexão sobre as representações ou conceitos da consciência

ou da razão, mas reflexão sobre a significação ou o sentido das expressões linguísticas. A superação da ingenuidade da metafísica clássica implica, hoje, a tematização não só da mediação consciencial... mas também da mediação linguística⁷

Neste sentido, se por filosofia primeira, na antiguidade, tinha-se o estudo da metafísica; no medievo, o estudo da teologia, já que a própria filosofia era vista como *ancilla theologiae*; na modernidade, as reflexões filosóficas mais fundamentais passam a orbitar em torno de uma *gnosiologia* ou teoria do conhecimento, porque os modernos não estão mais preocupados em conhecer o ser ou a divindade suprema, mas a própria possibilidade do conhecimento. A questão é saber como o saber se dá, pura e simplesmente, ora pelas contribuições dos sentidos, ora pelo recurso aos princípios fundamentais da razão. Contemporaneamente, entretanto, filosofia primeira é filosofia da linguagem, em suas diferentes vertentes⁸.

2) A LINGUAGEM METAFÍSICA E A MUDANÇA DE PARADIGMA

O que vai ficando cada vez mais claro é que a linguagem é ao mesmo tempo *a origem e a solução do problema*⁹. Foi a incompreensão inicial de sua importância para o pensar que possibilitou o advento de uma filosofia contemplativa ou especulativa que se crê capaz de falar adequadamente sobre o mundo, usando-se de uma linguagem metafísica que se configuraria como uma espécie de terceira instância entre aquele que pensa e o mundo a ser pensado. Tanto o primeiro como este último teriam um estatuto independente da linguagem, seriam, assim, pré-linguísticos. Mas, a partir da viragem linguística, reconhece-se que não há consciência que não seja discursiva e não há realidade que não esteja limitada e constituída pelos próprios horizontes linguísticos¹⁰. Temos um mundo porque temos linguagem

Não existe mundo independente da linguagem, ou seja, não existe mundo que não seja exprimível na linguagem. A linguagem é o espaço da expressividade do mundo, a instância de articulação de sua inteligibilidade...A reviravolta linguística do pensamento filosófico do século XX se centraliza, então, na tese fundamental de que é impossível filosofar sobre algo sem filosofar sobre a linguagem¹¹

Neste sentido, paulatinamente, o espaço antes reservado para a

consciência ou sujeito pensante e para o mundo objetivo vai sendo substituído pela própria discursividade intersubjetiva¹², rompendo com a noção cara para a tradição metafísica de representação mental da realidade. É o abandono do que Habermas chama de *paradigma do conhecimento dos objetos* em nome de uma cosmovisão, não totalmente nova, que se pauta pelo que o autor alemão chama de *paradigma do entendimento entre sujeitos capazes de falar e agir*¹³. Diz-se que tal compreensão não é totalmente nova porque reproduz, quase fidedignamente, o contexto sofisticado do século V, anterior ao advento da metafísica clássica, onde não se tinha propriamente a pretensão de dizer o que fosse considerado absolutamente verdadeiro ou justo, mas antes ponderar mutuamente o que seria considerado por todos os interlocutores como o mais verossímil, o mais adequado ou o mais razoável, é o *antropon metron* de Protágoras que pode ser traduzido como: “o homem, não o mundo, é a medida de todas as coisas”. A linguagem, hoje, novamente, deixa de ser vista como meio capaz de descrever objetos não-linguísticos para passar a ser entendida como prática de ação concreta constituinte última de todas as coisas. É horizonte de sentido para contextos sociais específicos. Dizer é fazer¹⁴ que detém sentido dependente do uso que se faz dos termos segundo as formas de vida específicas dos diferentes grupos sociais. A viragem linguístico-pragmática¹⁵, assim, inaugura uma restrição da reflexão filosófica à preocupação com a produção de sentido pelos usos linguísticos dentro de contextos específicos. No *trivium* clássico, se a lógica se ocupava com a validade dos juízos e a gramática, com a correição, era a arte da persuasão que deveria se preocupar com a efetividade discursiva. Daí se relacionar a viragem linguístico-pragmática da filosofia contemporânea com a chamada viragem retórica que Rorty faz referência. Basta, para isso, atentar para o fato de que os representantes deste movimento são leitores de Austin e de Wittgenstein.

3) A RETÓRICA, A PRAGMÁTICA E AS CONTEXTUALIZAÇÕES

Segundo Aristóteles, retórica consiste na arte de encontrar, em cada contexto concreto, o que é mais persuasivo¹⁶, vinculando tal conceito às necessárias contextualizações. Da mesma forma, os chamados *jogos de linguagem*, que formam o conjunto de nossas práticas discursivas cotidianas, constituem, como foi dito, os limites de nossa

compreensibilidade e nos impedem de emitir juízos que independam de contextos, ou seja, absolutamente verdadeiros, sobre o mundo ou sobre nós mesmos. Rorty, lendo Wittgenstein, chega a dizer que *não existe o incontextualizado*¹⁷. Assim, com a virada pragmática e retórica da linguagem, as pretensões de verdade ou de validade das declarações passam a depender não mais de uma referenciabilidade objetiva, mas de uma ponderação recíproca das razões, como sugerida por sofistas como Górgias e Protágoras¹⁸, que sustentam os diferentes tipos de enunciados¹⁹. Neste sentido, pode-se dizer que retórica e pragmática se implicam mutuamente, pois se a linguagem natural condiciona a compreensão, a própria razão argumentativa se desdogmatiza²⁰ em virtude das plúrimas situatividades e seus endereçamentos discursivos.

Sem dúvida a linguagem, tal como a conhecemos, consiste não de proposições intemporais, mas, sim, de expressões dependentes, *de todas as espécies de dependência*, do contexto ou da ocasião em que foram externadas. Afirmações são feitas em situações particulares, e a interpretação delas a ser feita tem estreita ligação com a relação que mantêm com aquelas situações²¹

4) DA PROPOSIÇÃO À ELOCUÇÃO

Quando se diz que, com o giro linguístico, passou-se a considerar como mais fundamental a proposição do que propriamente o signo isolado, ou seja, como sustentou Frege, que *o pensamento é o sentido de uma frase*²¹² fez-se aqui referência a toda uma sorte de filósofos da linguagem que centralizaram suas reflexões neste câmbio de perspectiva. Os tijolos mais fundamentais com os quais nos comunicamos, diziam, não são as palavras, mas as frases. As primeiras detêm seu sentido tão somente quando ínsitas naquelas. O que apenas reforçou a esperança de se justificar o conhecimento de forma definitiva pelo desenvolvimento das chamadas lógicas proposicionais, preservando, em última instância, a própria esperança metafísica de se chegar à verdade através de uma dedução aretórica que espelharia, da melhor forma possível, os cálculos matemáticos²³. Com a viragem pragmática e retórica, esse ideal e essa preocupação são também abandonados em virtude do caráter descontextualizado de suas pretensões. Em sua famosa obra de 1958, *Os Usos do Argumento*, Toulmin já defendia que *só na matemática pura é que nossas avaliações podem ser inteiramente livres de contexto*²⁴.

Significa dizer que todo o corpo discursivo, com suas incontáveis nuances, apenas tem sentido quando situado, eliminando as pressuposições idealizadas do chamado *contexto zero ou nulo*¹²⁵.

Segundo o pensador inglês, poderia ter sido o advento da imprensa que difundiu a percepção de que uma declaração, antes vinculada a um contexto específico, poderia persistir, de forma descontextualizada, para além de sua enunciação e, ainda assim, preservar seu sentido original

A concepção da proposição como sobrevivente ao momento de sua declaração – como uma estátua que permanece inalterada após a morte do escultor que a moldou – só seria plausível depois que a palavra registrada de forma permanente (com a imprensa) houvesse passado a desempenhar um papel muito maior nas vidas dos homens especulativos¹²⁶

Essa consideração pelo contexto da enunciação linguística corresponde ao que, no universo da retoricidade, dava-se o nome de elocução ou *elocutio* para os latinos, *lexis* para os gregos. Consistia na expressão discursiva¹²⁷, propriamente dita. Tem-se, neste caso, consideração, por exemplo, por aqueles ou aquelas a quem são dirigidos os discursos. O que, se por um lado, caracteriza bem o teor retórico da enunciação, uma vez que retórica é discurso adaptado a auditores específicos¹²⁸, por outro lado, define igualmente bem a concepção pragmática da linguagem, na medida em que a entendemos como ação com propósitos ou fins precisos dentro de contextos específicos¹²⁹. Carnap chega a sustentar que

Se, numa investigação, faz-se referência ao falante ou, para dizê-lo em termos mais gerais, ao usuário da linguagem, então, consignamo-la (a investigação) ao campo da pragmática... Se abstraímos o usuário da linguagem e analisamos apenas as expressões e seus designata, estamos no campo da semântica³⁰

Nesta perspectiva, fica fácil perceber como a proposição se configurou como a base, nos últimos trezentos anos, daquela cosmovisão que nos levou ao *monopólio imperialista da lógica*³¹ que desprezou a retórica e não a via como um estudo sério. O que se vê aqui é a *morte do fundacionalismo cartesiano*³¹² e o abandono daquelas pretensões de se ter um conhecimento conclusivo e intemporal a respeito do mundo.

Este século testemunhou uma lenta corrosão, mesmo no cerne da filosofia, da ideia de que “conceitos” e “proposições” imutáveis

são os instrumentos e os veículos primordiais de Verdade intemporal, geral e descontextualizada, e o restabelecimento de “elocuições” orais e de “concepções” alternativas no interior de atividades contextuais, situadas no espaço e no tempo³³

O que nos leva a reconhecer que a mudança das lógicas da proposição para uma concepção de linguagem e de mundo enquanto *jogos de linguagem*, dotados de sentido tão somente enquanto imersos em formas de vida, desloca a questão da validade do discurso do seio proposicional, propriamente dito, para o âmbito pragmático de sua aplicação ou efetividade, incorporando, assim, os aspectos retórico-discursivos, entonacionais e gestuais, relações pré-estabelecidas entre os interlocutores, prestígio (*ethos*), afetos (*pathos*), etc, circunstâncias em geral que seriam impensáveis segundo os critérios tradicionais de validade formal. O que apenas salienta o caráter inevitavelmente limitado das argumentações em geral e reinstaura, no seio próprio de toda discursividade, aquela modéstia do pensamento pré-metafísico que ainda era capaz de se encantar com o mundo¹²⁴.

5) O Argumento Pragmático

Um dos principais teóricos preocupados em resgatar a tópica aristotélica na década de 50, Theodor Viehweg, e aplicá-la aos estudos jurídicos, em textos mais tardios, sustenta que *a própria retórica pode ser designada como uma pragmática abreviada*³⁵. Isto porque a aplicação dos *topoi* depende de considerações contextuais que não são contempladas na perspectiva sintático-semântica da tradição³⁶. Também Perelman se dedicou ao estudo e foi influenciado fortemente pela viragem pragmática. Em sua obra magna, Tratado da Argumentação, não só cita Wittgenstein das Investigações Filosóficas, conhecido como o segundo Wittgenstein³⁷, como faz inúmeras referências à concepção pragmática da linguagem e à linguagem natural, única capaz de traduzir o caráter adaptativo da discursividade retórica³⁸. Ou seja, os significados dos vocábulos e expressões dependem da situação de seu uso efetivo. Isto está pressuposto em toda reflexão perelmaniana em diferentes momentos de sua vasta obra.

Mas a noção mais interessante que explicita este encontro entre retórica e pragmática talvez seja a de argumento pragmático. Perelman o define como a tese que se pode extrair do que é considerado como possível consequência³⁹, para se poder qualificá-la como boa ou má, verdadeira ou falsa. Em certa medida, toda argumentação é ação⁴⁰, ou

seja, toda vez que se argumenta tem-se em vista um fim preciso, o que nos remete imediatamente ao utilitarismo e ao pragmatismo⁴¹. Mas Perelman vai um pouco além, porque mesmo para os que não comungam com essas correntes filosóficas parece que, implicitamente, o valor de uma tese está, em última instância, radicado em suas boas consequências e *o sucesso é apresentado como prova de validade*. Assim, diz Perelman:

A felicidade do sábio, seja ele epicurista ou estóico, garante o valor de sua doutrina; não é somente nas ordálias e torneios que a causa triunfante é declarada a melhor. E é sabido que o realismo hegeliano santifica o êxito ao conferir à história o papel de juiz supremo. O que existe pôde nascer e desenvolver-se, o que é valorizado pelo sucesso passado, penhor de sucesso futuro, constitui uma prova de objetividade e de racionalidade⁴²

A consideração pelas vantagens e desvantagens de uma tese ou valor parece aparecer e reaparecer permanentemente na história das ideias, servindo como fundamento último de perspectivas e cosmovisões que não se reconhecem a si mesmas como utilitaristas ou mesmo pragmatistas. O argumento pragmático parece tão persuasivo e onipresente que nem sequer nos damos conta de sua ação sobre nossa percepção de mundo. Basta para tal perguntar aqui: qual é a importância dessas reflexões? Mas ao fazê-lo já está posto novamente o argumento pragmático pressuposto. Qualquer que seja a resposta, ela parece nos remeter, de forma silenciosa, a um critério de *validade pela efetividade* que tivemos a oportunidade de trabalhar em outro texto⁴³. Em certa medida, toda argumentação é pragmática porque, na medida em que se dá em meio a uma situatividade determinada, não pode deixar de visar fins e de ser perpassada pela linguagem ordinária, ambígua e polissêmica.

Em outras palavras, há um critério de qualificação que se extrai entre termos considerados de uma mesma relação causal⁴⁴, que faz o prestígio do antecedente depender do valor do conseqüente. Para alguns, é a forma básica e fundamental de toda justificação para juízos de valor⁴⁵. E aqui defenderíamos o que ficou conhecido como *pragmatismo retórico* que já estava presente no pensamento de Protágoras⁴⁶, mas o objetivo do presente texto é relacionar retórica e pragmática e não retórica e pragmatismo, são propostas teóricas bem distintas. Em ambas, pragmática e pragmatismo, tem-se igualmente uma *argumentação pela consequência*⁴⁷, mas, no primeiro caso, a atenção aos efeitos se limita ao caráter performativo do que é dito ou escrito. E no segundo caso, seguindo as reflexões de Peirce, Dewey e James, são os resultados que

determinam nossas reflexões. A pergunta que fica é: se no segundo caso, a supervalorização do argumento pragmático é indiscutível, isso também ocorre com a pragmática? Perelman sustenta que o argumento pragmático aparece ou está pressuposto quando consideramos uma tese *filosoficamente mais interessante*⁴⁸ ou quando aprovamos uma teoria como melhor que as demais em virtude de suas consequências⁴⁹. Tanto Wittgenstein como Austin parecem pressupor suas concepções pragmáticas de linguagem melhores porque justamente superam o solipsismo metafísico das outras concepções. Em sua famosa crítica à concepção ostensiva do significado, defendida por Agostinho, Wittgenstein diz

O denominar aparece como uma ligação estranha de uma palavra com um objeto. E assim, uma ligação estranha ocorre quando o filósofo, a fim de ressaltar o que é a relação entre nome e denominado, fixa-se num objeto diante de si e repete então inúmeras vezes um nome, ou também a palavra “este”. Pois os problemas filosóficos nascem quando a linguagem entra em férias. E então, podemos, com efeito, imaginar que o denominar é um notável ato anímico, quase um batismo do objeto. E podemos assim dizer também a palavra “este” como que para o objeto, dirigir-se a ele por meio dela – um uso singular dessa palavra que certamente acontece apenas ao filosofar⁵⁰

Querendo, com isso, *reconduzir as palavras de seu emprego metafísico para o emprego cotidiano*⁵¹, superando assim o que considera essencialismo linguístico ou uma *doença filosófica*⁵². Assim, crê que o valor de suas reflexões reside no fato de ter superado problemas antigos ao não considerá-los mais como propriamente problemas porque *a filosofia deixa tudo como está*⁵³ ou *mostra para a mosca a saída da garrafa*⁵⁴, aplicando, também, o argumento pragmático, naquele sentido que Perelman quis dar. Em outras palavras, pode-se sustentar que toda reflexão, filosófica ou não, depende da prévia aceitação tópica das conexões de apreço entre o que se pensa e a contribuição que deste pensar pode advir, o que explicita o caráter originário de um certo tipo de pragmatismo, notadamente rortiano e sua preocupação com a escolha das melhores narrativas⁵⁵, por exemplo, mas também de um vínculo originário, inerente a toda discursividade, entre linguagem, entendida pragmaticamente como atividade, e eficácia e produção de resultados que se espera ao enunciar algo. A própria elocução, de que tanto se falou aqui, só é considerada adequada quando atinge seu objetivo de persuadir, o que vincula de forma inexorável o valor *do dizer pragmático* ao *como dizer*

retórico. Neste sentido, pragmática e retórica aparecem, assim, no seio originário de todo dizer, o que corrobora aquela intuição de Viehweg que fizemos referência e que indistingue os dois conceitos.

6) O USO DE EXEMPLOS

Outro ponto em comum entre retórica e pragmática e pouco explorado pelos que tratam do tema⁵⁶ é o uso de exemplos. Em sua *Arte Retórica*, Aristóteles sustenta que quando se está raciocinando dialeticamente, pode-se usar ora dos entimemas que cumprem um papel análogo ao das deduções no silogismo apodítico ou ora dos exemplos que seriam, por sua vez, análogos às induções. Segundo o estagirita *há indução na dialética e exemplo na retórica*⁵⁷. Ou seja, o uso de exemplos, na medida em que vai do particular para o particular não poderia sustentar necessidade, mas apenas plausibilidade e, portanto, ser um elemento próprio do discurso persuasivo retórico⁵⁸. Assim, podemos dizer que o raciocínio que recorre a exemplos para se sustentar traduz o esforço retórico para obter adesão. Seria uma espécie de marca ou característica própria da retoricidade⁵⁹.

Ora todos os estudiosos da pragmática linguística não podem se furtar a estudar exemplos situacionais onde a fala se dá. O recurso a exemplos, assim, aparece nos textos de Wittgenstein, de Austin, de Searle, de Grice, etc. Não poderia ser diferente, sendo a pragmática justamente o registro linguístico onde nada se abstrai, ela só pode ser estudada a partir de situações cotidianas particulares onde se pode ver o alcance e a complexidade de como o significado surge.

O recurso a exemplos, reais ou imaginários, é apenas uma forma de tornar a reflexão filosófica mais concreta, mais precisa, apoiando-se no caráter intersubjetivo da linguagem e fazendo assim com que suas conclusões possam ter uma validade mais ampla, podendo em princípio, ser retomadas, desenvolvidas, reformuladas por qualquer falante igualmente competente que se detenha em um exame crítico de uso destas expressões⁶⁰

Assim, muitas vezes sem se dar conta, os filósofos da pragmática linguística, sem exceção, pela própria natureza desta perspectiva teórica, inevitavelmente raciocinam retoricamente. E os rectores ou estudiosos da retórica, na medida em que se esforçam em procurar explicitar as estratégias argumentativas dos diferentes discursos proferidos sempre em

situações específicas, não podem deixar de considerar os jogos de linguagem ou *o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada*⁶¹. O que apenas demonstra uma interrelação entre retórica e pragmática que quase as indiferencia. Assim, da mesma forma que Viehweg sustenta que retórica é pragmática abreviada, podemos igualmente defender que pragmática, na medida que tem em conta o interlocutor, como quis Carnap, não deixa de ser manifestação contemporânea da retoricidade.

CONCLUSÃO

As relações entre retórica e pragmática estão apenas pressupostas em várias obras de diferentes teóricos dessas duas correntes, como se procurou mostrar. A vinculação entre significado e contexto defendida pelos autores da chamada viragem pragmática parece apontar para a necessidade de valorização, cada vez mais renovada, do uso linguístico efetivo. Mais do que descrever ou representar, a linguagem consiste numa atividade com a qual se realiza algo. Esta concepção, por sua vez, nos remete aos primórdios do pensamento humano, ainda pré-metafísico, onde sofistas negociavam as teses mais razoáveis através das técnicas retórico-argumentativas. Era o reino do *eikos* onde não se tinha a pretensão de dizer definitivamente como as coisas são. Não havia a intenção de proferir, por parte dos interlocutores, a *ultima verba*. Muito pelo contrário, a devoção ao discurso⁶¹² e o que podemos fazer com ele era consentânea com um posicionamento eminentemente inclusivo em que se podia inscrever, de forma permanente, as diferentes perspectivas e interesses dos interlocutores, em busca de um consenso intersubjetivo. Recentemente, portanto, vimos reaparecer, com a pragmática, no seio da filosofia e da filosofia da linguagem contemporânea e sua crítica à metafísica as mesmas inquietações linguístico-discursivas que levaram os antigos a se preocuparem mais exaustivamente com o bem comum, horizontalizando as relações entre os interlocutores e possibilitando, antes do advento das primeiras ontologias, aquela que foi a primeira experiência genuinamente democrática da vida pública.

REFERÊNCIAS

- APEL, K. Transformação da Filosofia: Filosofia Analítica, Semiótica e Hermeneutica. Trad. Paulo Astor Soethe. São Paulo: Ed. Loyola, 2000
- ARISTÓTELES. Arte Retórica. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1959
- _____. Arte Retórica. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1959
- AUSTIN, J. Quando Dizer é Fazer. Trad. Danilo Marcondes. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1990
- CARNAP, R. Foundation of logic and mathematics. In: O. Neurath *et alii*. International Encyclopedia of Unified Science, vol. 1, 1938
- DASCAL, M. Interpretação e Compreensão. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005
- GRACIO, R. Racionalidade Argumentativa. Coimbra: Ed. Asa, 1993
- GRANGER, G. A Razão. Trad. João da Silva Gama. Lisboa: Edições 70, s/d
- HABERMAS, J. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1989
- _____. O Discurso Filosófico da Modernidade. Trad. Luis Sérgio Repa. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000
- HEIDEGGER, M. Heráclito: A Origem do Pensamento Ocidental. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2002
- LEVINSON, S. Pragmática. Trad. Luis Carlos Borges e Anibal Mari. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007
- MARCONDES, Danilo. Filosofia, Linguagem e Comunicação. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1992
- MARSILLAC, N. Direitos Humanos na Perspectiva Tópico-Retórica e Pragmatista: Uma Ética Pós-Humanista. In: Revista Prima Facie, ano III, nº 6, 2010, pp. 33-50
- _____. Racionalidade Retórica e Argumentativa, in: Revista Princípios Natal, v.18, n.30, jul./dez. 2011
- MEYER, M. As Bases da Retórica. In: CARRILHO, M (Org). Retórica e Comunicação. Lisboa: Ed. Asa, 1994
- NITZSCHE, F. Da Retórica. Trad. Thelma Lessa da Fonseca. São Paulo: Cadernos de Tradução, 1999
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo. Reviravolta Linguístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea. São Paulo: Ed. Loyola, 1996
- PERELMAN, C. O Império Retórico. Trad. Fernando Trindade e Rui Gracio. Lisboa: Ed. Asa, 1993

- _____. Tratado da Argumentação: A Nova Retórica. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996
- _____. O Argumento Pragmático. In: Retóricas. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999
- REBOUL, O. Introdução à Retórica. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004
- RORTY, R. Consequences of Pragmatism. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983
- _____. Ensaios sobre Heidegger e Outros. Trad. Eugenia Antunes. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 1991
- _____. Philosophy and the Mirror of Nature. Princeton. Princeton University Press, 2009
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989
- SCHILLER, Ferdinand Scott. From Plato to Protagoras. In: Studies in Humanism. London: Ed. Macmillan and CO, 1907
- SIMONS, H. The Rhetorical Turn: Invention and Persuasion in the Conduct of Inquiry. Chicago: The University of Chicago Press, 1990
- TOULMIN, S. Os Usos do Argumento. Trad. Reinaldo Guarany. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006
- _____. Racionalidade e Razoabilidade. In: Retórica e Comunicação. Trad. Fernando Martinho. Lisboa: Ed. Asa, 1994
- VIEHWEG, Theodor. Topica y Filosofia del Derecho. Trad. Jorge Seña. Barcelona: Ed. Gedisa, 1991
- WITTGENSTEIN, L. Investigações Filosóficas. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000

NOTAS

- 1 C.f. SIMONS, H. The Rhetorical Turn: Invention and Persuasion in the Conduct of Inquiry. Chicago: The University of Chicago Press, 1990: *“first the linguistic turn, then the interpretive turn and now the rhetorical turn”*, p. VII
- 2 GRANGER, G. A Razão. Trad. João da Silva Gama. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 13
- 3 MARSILLAC, N. Racionalidade Retórica e Argumentativa, in: Revista Princípios Natal, v.18, n.30, jul./dez. 2011, p.274
- 4 MEYER, M. As Bases da Retórica. In: CARRILHO, M (Org). Retórica e Comunicação. Lisboa: Ed. Asa, 1994, p. 48

- 5 OLIVEIRA, Manfredo Araújo. Reviravolta Linguístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea. São Paulo: Ed. Loyola, 1996, p. 99
- 6 APEL, K. Transformação da Filosofia: Filosofia Analítica, Semiótica e Hermeneutica. Trad. Paulo Astor Soethe. São Paulo: Ed. Loyola, 2000, p.274
- 7 *Id.*, p. 13
- 8 *Ibid.*, p. 13, *in verbis*: “a filosofia da linguagem passa a poder levantar a pretensão de ser a filosofia primeira”
- 9 MARCONDES, Danilo. Filosofia, Linguagem e Comunicação. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1992, p. 12
- 10 *Id.* , p. 30
- 11 *Op. Cit.* 1996, p. 13
- 12 *Op. Cit.* 1992, p. 47. Ver também HABERMAS, J. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1989, p.25
- 13 HABERMAS, J. O Discurso Filosófico da Modernidade. Trad. Luis Sérgio Repa. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000, p. 413
- 14 AUSTIN, J. Quando Dizer é Fazer. Trad. Danilo Marcondes. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1990
- 15 É conhecida a expressão *pragmatical turn* e a expressão *linguistic turn*, aqui a faz-se a combinação das duas com o fito de chamar a atenção para o fato de que a última consistiu na radicalização da primeira. Ver Manfredo. *Op. Cit.*, p. 14, *in verbis*: “preparando, assim, o terreno para a radicalização da reviravolta linguística que ocorrerá mais tarde com a reviravolta pragmática”
- 16 ARISTÓTELES. Arte Retórica. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1959, p. 24
- 17 RORTY, R. Ensaio sobre Heidegger e Outros. Trad. Eugenia Antunes. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 1991, p.16
- 18 Segundo Apel, num sentido um pouco diferente do que foi usado aqui, o primeiro filósofo que se usou do diálogo para fundar a legitimidade da reflexão política foi Sócrates e que, portanto, *a democracia parlamentar seria uma incorporação institucional do espírito da filosofia*, *Op. Cit.*, p.258. Mas seguindo a tese do britânico Schiller (é comum a confusão com o filósofo alemão de mesmo nome), tais preocupações com a fundamentação já existiam na cultura sofisticada e, mais precisamente, no pensamento daquele que o pragmatista inglês considera o maior pensador da antiguidade: Protágoras, cf. SCHILLER, Ferdinand Scott. From Plato to Protagoras. In: Studies in Humanism. London: Ed.

- Macmillan and CO, 1907, p.25ss
- 19 *Op. Cit.*1989, p. 155
- 20 GRACIO, R. Racionalidade Argumentativa. Coimbra: Ed. Asa, 1993, p. 22
- 21 TOULMIN, S. Os Usos do Argumento. Trad. Reinaldo Guarany. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006, p. 257. Grifo nosso.
- 22 *Op. Cit.* 1996, p. 64
- 23 *Op. Cit.* 2006, p. 259
- 24 *Op. Cit.*, p. 258
- 25 LEVINSON, S. Pragmática. Trad. Luis Carlos Borges e Anibal Mari. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007, p. 10
- 26 *Op. Cit.* 2006, p. 259
- 27 REBOUL, O. Introdução à Retórica. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004, p. 61
- 28 PERELMAN, C. Tratado da Argumentação: A Nova Retórica. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996, 2002, p. 26. Ver também PERELMAN, C. O Império Retórico. Trad. Fernando Trindade e Rui Gracio. Lisboa: Ed. Asa, 1993, p. 41, *in verbis*: “o orador que queira agir eficazmente pelo seu discurso deve adaptar-se ao seu auditório” (Grifo Nosso)
- 29 *Op. Cit.*2007, p. 11, *in verbis*: “pragmática é o estudo das relações entre língua e contexto”
- 30 CARNAP, R. Foundation of logic and mathematics. In: O. Neurath *et alii*. International Encyclopedia of Unified Science, vol. 1, 1938, p. 2
- 31 TOULMIN, S. Racionalidade e Razoabilidade. In: Retórica e Comunicação. Trad. Fernando Martinho. Lisboa: Ed. Asa, 1994, p.19
- 32 *Id.*, p. 23
- 33 *Ibid.*, p. 24
- 34 HEIDEGGER, M. Heráclito: A Origem do Pensamento Ocidental. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2002
- 35 VIEHWEG, Theodor. Topica y Filosofia del Derecho. Trad. Jorge Señá. Barcelona: Ed. Gedisa, 1991, p. 186
- 36 *Id.*, p.189, *in verbis*: “los topoi se presentan de una manera totalmente distinta. Se vuelven comprensibles en la dimension pragmática del lenguaje”.
- 37 PERELMAN, C. *Op. Cit.* 2002, p. 180
- 38 *Id.* , p. 574
- 39 PERELMAN. O Argumento Pragmático. In: Retóricas. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999, p. 11

- 40 *Id.*, p. 370
41 *Id.*, p. 12
42 *Ibid.*, p. 16
43 MARSILLAC, N. Direitos Humanos na Perspectiva Tópico-Retórica e Pragmatista: Uma Ética Pós-Humanista. In: Revista Prima Facie, ano III, nº 6, 2010, pp. 33-50
44 *Op. Cit.* 1996, p. 303
45 *Ibid.*, p. 303
46 *Op. Cit.* 1907, p. 34ss
47 *Op. Cit.* 1996, p. 304
48 *Id.*, p. 305
49 *Ibid.*, p. 305
50 WITTGENSTEIN, L. Investigações Filosóficas. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000, p. 42
51 *Id.*, p. 56
52 *Ibid.*, p. 150
53 *Ibid.*, p. 67
54 *Ibid.*, p. 109
55 Cf. RORTY, R. Philosophy and the Mirror of Nature. Princeton. Princeton University Press, 2009, p. 315ss. Ver também RORTY, R. Consequences of Pragmatism. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983, p.37ss
56 DASCAL, M. Interpretação e Compreensão. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005
57 ARISTÓTELES. Arte Retórica. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1959, p. 27
58 *Id.*, p. 27
59 Alguns autores contemporâneos apontam o uso do exemplo no discurso das ciências como uma das principais provas do caráter retórico desses enunciados. Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989, p. 37
60 MARCONDES. *Op. Cit.* 1992, p. 37
61 WITTGENSTEIN. *Op. Cit.*, p. 30
62 NITZSCHE, F. Da Retórica. Trad. Thelma Lessa da Fonseca. São Paulo: Cadernos de Tradução, 1999, p. 29